

TV BRASIL NÃO ESCONDE FRAGILIDADES

Por Aline Cavalcanti

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) representou um importante passo no processo de democratização da comunicação no país, mas isto não a exime dos problemas decorrentes de sua origem conflituosa no interior do governo e de impasses no seu projeto editorial.

A EBC foi criada em 2007 por meio da Medida Provisória nº 398, que se converteu na lei nº 11.652 em 2008. Sua função é suprir uma lacuna no sistema de radiodifusão brasileiro e tem como objetivo implantar e gerir os canais públicos que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais.

A empresa nasceu da união dos patrimônios da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que cordenava a TVE Brasil. A EBC pode ser considerada a principal medida do Governo Lula no sentido de fortalecer um sistema público e nacional de comunicação.

Para Diogo Moyses Rodrigues, secretário-executivo do Conselho Curador da EBC, dentre os problemas e limitações da empresa, o maior deles diz respeito ao seu modelo institucional. Segundo ele, é preciso mudar duas vertentes desse modelo. A primeira é desvincular a EBC da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), que é responsável pela comunicação do Governo Federal. Em todos os países que têm sistemas públicos fortes, eles ou são atrelados aos órgãos responsáveis pelas políticas culturais ou são ligados aos Ministérios das Comunicações, mas nenhum tem seu sistema vinculado a um órgão de assessoria governamental.

O segundo ponto a ser mudado consiste em garantir que a missão da EBC tenha como foco o seu papel público. A empresa é composta pela TV Brasil, Agência Brasil, oito emissoras de rádio, NBR (TV do Poder Executivo) e todos os produtos do Governo. Logo, dentro da mesma companhia existem interesses antagônicos: uma é a missão pública, independente do mercado e do Estado e a outra é a comunicação de Governo, o que a Constituição nomeou como comunicação estatal. “Essa coisa precisa ser definitivamente separada e, enquanto não for, dificilmente a EBC vai poder ser considerada uma empresa autônoma, independente”, completa Diogo.

Outro impasse que impede a EBC de se legitimar como uma empresa realmente autônoma é sua arquitetura regulatória, pois boa parte das atribuições não estão no Conselho Curador, que representa a sociedade civil, mas no Conselho de Administração – que é composto pelo Governo Federal.

Um aspecto importante do modelo institucional da Empresa Brasil de Comunicação está no fato de que seu orçamento é vinculado ao Tesouro da União. O financiamento da empresa vem do Orçamento Geral da União, além de verbas obtidas pela venda de programas, licenciamento de marcas, doações, publicidade institucional, patrocínio e prestação de serviços a organismos públicos

Apesar do crescente fortalecimento, EBC ainda apresenta problemas institucionais



e privados. “Para ser de fato autônoma, a EBC precisa ter total independência financeira e os recursos precisam ser estáveis, suficientes e gerenciados de maneira autônoma internamente”, afirma o secretário-executivo do Conselho Curador.

Em 2007, durante a criação da EBC, havia um ambiente político favorável à aprovação do projeto; porém, alguns críticos afirmam que ele foi precipitado. Para Diogo, uma esperança para algumas mudanças está no bojo das discussões do marco regulatório.

Programas religiosos – Diante dos problemas, houve um pioneirismo da EBC com relação aos programas religiosos em sua grade.

Devido às reclamações de telespectadores a respeito da transmissão de programas religiosos em uma TV Pública, a Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente do Conselho Curador realizou em 2010, após longo debate, consulta pública que resultou na substituição desses programas por uma proposta de produções sobre o fenômeno da religiosidade no Brasil. Até o momento, a diretoria executiva ainda não apresentou nenhum projeto. Todo esse processo levou oito meses para ser concluído.

A TV Brasil exibiu, aos sábados, o programa *Reencontro*, produzido por igreja de orientação evangélica, e os programas *A Santa Missa* e *Palavras de Vida*, de orientação católica, aos domingos. Tais programas eram originários das emissoras que foram absorvidas pela EBC após a sua criação. “Esses programas não tinham sequer contratos. Os acordos eram verbais. E o que se fez foi algo muito relevante. O que se espera é que isso tenha um efeito simbólico e político em cascata. Que outras emissoras públicas sigam este caminho e reflitam sobre os programas religiosos que elas têm em sua grade. A preservação do caráter do Estado laico não é algo secundário”, afirma Diogo.

Enquanto o marco regulatório das comunicações não vem, a decisão da EBC de formular uma “política de produção e distribuição de conteúdos de cunho religioso”, certamente passará a

significar um momento de inflexão não só na TV Pública, mas na televisão brasileira em geral.

Marco regulatório – Ana Veloso, uma das representantes da sociedade civil organizada no Conselho Curador da EBC, se mostra reticente a respeito da efetiva contribuição de um marco regulatório. “Não será, somente, a pura e simples existência de um marco regulatório que irá favorecer a complementaridade entre os sistemas de comunicação. Mudanças na legislação são fundamentais. Todavia, é preciso que a sociedade participe de todo o processo de democratização da comunicação no Brasil”.

Cabe lembrar que o Brasil copiou o modelo estadunidense de televisão, que garante a liberdade de expressão, mas nos Estados Unidos ele é altamente regulado, enquanto que aqui não. Atualmente, a regulação do setor é feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Para Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, é preciso adequar a legislação, já que as regras em vigor foram feitas entre as décadas de 1960 e 1990, muito antes das tecnologias atuais, como a internet.

A experiência brasileira com os meios de comunicação públicos é recente. O modelo público de televisão, por exemplo, não teve espaço de desenvolvimento no país porque, desde cedo, o monopólio comercial da televisão brasileira inibiu o processo. Diferentemente do caso europeu, onde até a década de 1980, a população não sabia o que era uma emissora de TV sustentada por investimentos empresariais, os primeiros canais de televisão brasileiros foram os canais comerciais. Isso influenciou na criação de uma identidade nacional televisiva, já que o padrão de qualidade do brasileiro se tornou o “padrão Globo”.

Mesmo com o crescimento da discussão acerca dos sistemas públicos, Ana Veloso não vê participação efetiva da sociedade nesse processo de democratização da comunicação. Ela considera que a população brasileira ainda não tem informações suficientes sobre o significado do sistema público no país, nem o quanto o fortalecimento dele pode viabilizar o exercício do direito humano à comunicação em uma nação como o Brasil. “Ainda precisamos, nas universidades, nas organizações sociais e em outras arenas públicas, dizer para as pessoas que elas têm que exigir uma mídia que respeite seus direitos e, mais ainda, que têm direito de produzir conteúdo, de analisar programação, de discutir publicamente os assuntos, de reclamar diante de alguma violação aos seus direitos”, conclui a conselheira.

Diogo Moyses reforça o alerta de Ana Veloso: “mais cedo ou mais tarde a discussão sobre o modelo precisa explodir. As pessoas precisam compreender que o processo de criação da TV Brasil pode ser considerado uma vitória, do ponto de vista do projeto de democratização das comunicações, mas ele ainda é insuficiente”.